

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

CÂMARA ENTRA EM RECESSO AMANHÃ

Acontece hoje a última sessão ordinária do 1º semestre na Câmara de Jundiá. A partir de amanhã, a Casa de Leis entra em recesso e as sessões só voltam no dia 7 de agosto. As únicas coisas que ficarão pausadas são as votações de projetos. A Casa permanece aberta para atendimento à população. Em relação aos vereadores, a maioria mantém o gabinete aberto para os munícipes, mas alguns podem sair de férias.

ÚNICO PROJETO DA PAUTA É A LDO 2019

A sessão desta terça (17) tem apenas um item na pauta: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que estabelece as metas fiscais e prioridades do município no ano seguinte. Dois vereadores haviam proposto, juntos, cinco emendas ao projeto, sendo três aditivas e duas modificativas. Todas foram retiradas pelos seus autores.

AUDIÊNCIA PÚBLICA Vereador Cristiano Lopes (PSD), autor da proposta, diz que irá analisar sugestões técnica e juridicamente

População opina em projeto sobre primeira infância

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

O Projeto de Emenda à Lei Orgânica de Jundiá (Peloj) nº 139, do vereador Cristiano Lopes (PSD), foi objeto de audiência pública na noite desta segunda-feira (16) na Câmara de Jundiá. A proposta prevê a implementação de políticas públicas para a proteção à primeira infância, que compreende os primeiros seis anos de vida.

O Juiz da Vara da Infância e Juventude de Jundiá, Jefferson Barbin Torelli, comentou sobre a importância do projeto. "Passamos por um momento triste no país. Vemos o índice de mortalidade infantil voltar a subir após 26 anos consecutivos de queda, além de doenças infantis quase erradicadas voltando a se espalhar, como o sarampo", disse o magistrado.

"Por isso, quando vemos um projeto que pretende ampliar a garantia de direitos a essa população, é para se celebrar". Em entrevista ao JJ, o juiz citou o incentivo ao aleitamento materno e as campanhas de vacinação como alguns dos principais desafios de Jundiá em relação ao assunto.

Representando o Poder Executivo, a diretora do Departa-



Daniela Magalhães, vice-presidente da OAB Jundiá, Jefferson Barbin Torelli e vereador Cristiano Lopes, do PSD

mento de Urbanismo, Sylvia Angelini, falou de como a atual gestão vem implementando projetos para pensar o desenvolvimento da cidade sob a ótica da criança. "Sabendo que 70% dos alunos da rede pública vão até a escola a pé, desenvolvemos um projeto para escutar as crianças e melhorar este caminho de ida", afirmou.

Entre os munícipes que opi-

naram sobre o projeto, muito se falou da importância de dar atenção também à gestação e o momento do parto.

ATENÇÃO ÀS MÃES

A professora Paloma Soares, que atua nas creches do município, criticou o curto período de licença maternidade. "Não é possível garantir os direitos da infância se a mãe pas-

sa apenas quatro meses junto do filho após o nascimento", afirmou. Ela também questionou a qualidade do pré-natal oferecido pela rede pública.

Cíntia Vanessa Gomes, que também é professora, se mostrou desconfiada com o trecho do projeto que trata de parcerias com a iniciativa privada. "Tenho experiência na rede pública e privada de educação e

afirmo que a rede conveniada não tem condições de tratar a criança como se deve. O poder público deveria gastar seu dinheiro para melhorar os serviços públicos e não com parcerias privadas, mais interessadas no lucro", criticou.

LEGISLAÇÃO UNIFICADORA

Ao fim das deliberações, Cristiano afirmou que todas as sugestões serão analisadas técnica e juridicamente e poderão ser transformadas em emendas. O Peloj já possui uma, que prevê a criação de um plano municipal para a primeira infância. "A intenção foi dar uma base legal para unificar diversas ações individuais que já ocorrem no município", diz.

Os vereadores Edicarlos Vieira e José Carlos Grapeia (ambos do PSD) foram alguns dos parlamentares que participaram do debate, além de Wagner Ligabó (PPS), Rafael Antonucci (PSDB) e Valdecir Vilar (PTB). Este último agradeceu a criação do projeto, pois ele cria base legal para colocar em prática outro projeto de sua autoria, que proíbe estabelecimentos comerciais de impedir mulheres de amamentar nestes locais. "A proposta estava *sub judice*, mas agora vai andar", afirmou.